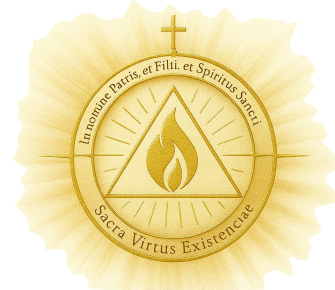


✚ MOTUS SALUTIS VIRTUALIS



Carta de exortação à governança digital e à proteção da vida no mundo conectado

“Amados, não creiais a todo espírito, mas provai se os espíritos são de Deus.”
1 João 4:1

I. O diagnóstico do agora – o mundo exposto

Vivemos um tempo em que o mundo deixou de caber apenas nas ruas, nas casas, nas escolas e nos templos.

Ele cabe — e sangra — dentro de telas acesas.

A fronteira entre o público e o íntimo ruiu silenciosamente. A vida se tornou transmissível em tempo real, e com ela vieram também as dores, as fragilidades, as imaturidades e as feridas de pessoas que nunca foram preparadas para viver sob holofotes permanentes. O que antes seria um segredo de adolescência, um erro corrigível, uma fase passageira, hoje pode ser capturado, replicado e fossilizado em arquivos, em prints, em bancos de dados invisíveis.

Crianças e adolescentes caminham nesse espaço como quem atravessa uma cidade desconhecida, sem mapa e sem adulto por perto. Eles entram em plataformas que falam a sua língua, usam cores que os seduzem, algoritmos treinados para prendê-los, e ali se veem expostos a conteúdos, pessoas e dinâmicas que ultrapassam em muito a capacidade de sua maturidade psíquica e afetiva.

A infância, tempo de proteção e gradualidade, está sendo atravessada por estímulos que nenhuma geração anterior foi chamada a enfrentar.

Ao mesmo tempo, o ambiente digital se converteu em terreno fértil para a radicalização em massa. Grupos extremistas aprenderam a operar com precisão cirúrgica sobre a vulnerabilidade humana: oferecem pertencimento a quem se sente só, identidade pronta a quem está confuso, respostas simples a quem sofre com a complexidade do mundo. Cultos digitais, seitas ideológicas, comunidades de ódio e nichos de fanatismo formam hoje verdadeiras “igrejas paralelas” da desinformação, com liturgias próprias, líderes carismáticos e regras implícitas de obediência.

Não falamos aqui apenas de opiniões fortes ou debates acalorados. Falamos de comunidades inteiras treinadas para desumanizar o diferente, atacar, perseguir, cancelar, ameaçar, até que a fronteira entre discordância e violência simbólica — e, muitas vezes, física — se dissolva. A tela, que poderia ser ponte, vira trincheira.

Por baixo desse nível visível da superfície, corre um subsolo ainda mais sombrio.

Nas zonas criptografadas, nas redes fechadas, nos cantos menos acessíveis da chamada *dark web*, mantêm-se em operação mercados ilícitos e práticas criminosas que exploram justamente aqueles que deveriam ser mais guardados: crianças, adolescentes, pessoas vulneráveis.

Ali circulam imagens e vídeos de material criminoso de menores, trocas de material abusivo, redes de tráfico humano, esquemas de exploração sexual, comércio de drogas e armas, estruturas de

extorsão, chantagem e aliciamento. Muitos desses espaços são protegidos por camadas de anonimato e criptografia que dificultam — ou retardam — qualquer tipo de ação estatal coordenada.

Enquanto isso, plataformas abertas, que se apresentam como espaços de convivência e entretenimento, reproduzem em escala industrial uma lógica constante de hipersexualização. A infância é convocada a pular etapas; a adolescência é treinada para performar sedução, exposição, autoexibição. Corpos que ainda estão aprendendo a existir são transformados em produto, em vitrine, em moeda de troca por atenção e curtidas.

A cultura do engajamento, cega aos ritmos internos da alma humana, transforma intimidade em conteúdo e vulnerabilidade em espetáculo.

Os algoritmos, desenhados para maximizar tempo de tela e retenção de usuário, aprendeu algo simples e perigoso:
emocionalmente, *dor prende*.

Conteúdos que provocam choque, indignação, desejo, medo ou fúria tendem a manter pessoas conectadas por mais tempo. E, assim, sem uma intenção “maligna explícita”, mas movidos pela lógica fria da eficiência e do lucro, criadores de sistemas acabaram por construir ambientes que amplificam violência, discurso de ódio, linchamentos públicos, disputas identitárias exaustivas, desafios mortais, autoagressões exibidas, desespero transformado em entretenimento.

Nas bordas de tudo isso, milhões de pessoas se tornam alvos fáceis:

- crianças e adolescentes sem filtro interno formado;
- jovens consumindo referências que confundem identidade, afeto e autoimagem;
- adultos emocionalmente fragilizados, capturados por narrativas que prometem sentido, família, comunidade;
- pessoas em sofrimento psíquico, empurradas por algoritmos para conteúdos que agravam sua dor;
- sobreviventes de traumas, revitimizados por exposição indevida e eterna de registros que nunca deveriam ter existido.

Há, portanto, um traço comum que atravessa tudo isso:

os mais vulneráveis caminham desprotegidos em um território projetado para outra coisa — para engajar, monetizar, reter, lucrar — não para educar, cuidar ou proteger.

O resultado é um mundo em que:

- a exposição é permanente;
- a intimidade perdeu seu abrigo;
- a radicalização encontra terreno fértil;
- o crime organizado se profissionaliza digitalmente;
- a infância perde camadas de inocência;
- a adolescência carrega um peso de autoimagem insuportável;

- e grande parte da humanidade vive conectada sem saber minimamente como se defender, como discernir, como dizer “não”.

É neste cenário — real, incômodo, muitas vezes silenciado — que nasce esta carta.

Não como lamento impotente, mas como reconhecimento honesto de um **ponto de dor civilizatória**:

criamos um ambiente digital de poder imenso sem construir, na mesma velocidade, os instrumentos de proteção, cuidado e responsabilidade que ele exige.

Antes de falarmos de leis, de regulação, de pactos e de governança, é preciso encarar esta verdade dura:

a arquitetura atual do mundo virtual expõe demais, protege de menos e, com frequência, entrega os mais frágeis às forças mais predatórias.

Ver isso, nomear isso, admitir isso — já é o primeiro movimento de salvação.

O *motus salutis virtualis* começa aqui: na recusa a normalizar o que fere, no gesto de dizer, com todas as letras, que algo está profundamente errado na forma como deixamos nossas crianças, nossos jovens e nossos vulneráveis caminharem neste território.

A partir desse diagnóstico, torna-se inevitável a próxima pergunta:

onde estão as autoridades, os Estados, as instituições internacionais que deveriam resguardar o bem comum nessa nova fronteira?

É essa pergunta que abrirá o segundo movimento desta carta.

II. O silêncio das estruturas – quando quem deveria guardar se omite

Diante de um cenário tão grave, a pergunta se impõe com força quase física:

onde estão aqueles que deveriam ter levantado a mão antes?

Onde estão os Estados, as instituições internacionais, as organizações multilaterais, as grandes fundações globais, os conselhos de ética, as cúpulas que se reúnem anualmente para falar de “futuro”, “inovação”, “democracia”?

Por décadas, o mundo assistiu ao crescimento da infraestrutura digital como quem contempla um espetáculo de fogos de artifício: com fascínio, encantamento e um certo deslumbramento irresponsável. Falou-se de conectividade, de inclusão, de progresso, de revolução 4.0, de oportunidade econômica. Criaram-se fóruns, painéis, slogans, relatórios. Mas, em muitos casos, **a pergunta sobre proteção, responsabilidade e limites ficou sempre para depois.**

Os governos, em grande parte, se comportaram como espectadores de um jogo que imaginavam não controlar. Preferiram a retórica da inovação à coragem da regulação. Enquanto empresas globais cresciam em alcance, lucro e influência, muitas democracias permaneciam presas a estruturas jurídicas analógicas, a códigos escritos para um mundo pré-digital, incapazes de acompanhar a velocidade e a escala das novas formas de poder.

A lentidão legislativa tornou-se um traço recorrente. Leis surgem tarde, depois de tragédias, escândalos, danos irreparáveis. Raramente se antecipam. Quase nunca conseguem olhar para as crianças, para as famílias vulneráveis, para as periferias digitais que não têm voz nos debates. Assim, o que deveria ser **direito garantido** — a proteção da dignidade humana em qualquer

ambiente — ficou suspenso em uma zona cinzenta, onde o mercado dita o ritmo e o Estado corre atrás, sempre um passo atrasado.

No plano internacional, o vazio é ainda mais evidente.

Apesar da dimensão global da internet, **não existe uma arquitetura robusta de governança mundial para o ambiente digital**. Existem comitês, reuniões, resoluções, relatórios bem-intencionados. Mas não há um organismo com mandato claro, recursos e legitimidade para coordenar ações concretas, estabelecer padrões mínimos, monitorar violações, exigir correções, responsabilizar agentes econômicos e políticos que atuam de forma predatória.

A ONU, chamada a ser consciência moral e política da comunidade internacional, ainda engatinha na construção de instrumentos efetivos para o mundo virtual. A UNESCO, cuja vocação é proteger educação, cultura, ciência e informação, demora a ocupar plenamente o espaço que lhe caberia como guardiã ética da formação digital das novas gerações. Entre boas declarações e tímidas iniciativas, **crianças continuam expostas, adolescentes continuam sendo aliciados, populações inteiras continuam sendo manipuladas por sistemas que atravessam fronteiras sem encontrar freios**.

Faltam pactos globais vinculantes.

Faltam convenções internacionais que tratem do espaço digital como tratamos dos mares, do clima, do comércio, das armas.

Faltam instâncias estáveis que monitorem, em escala planetária, os impactos das plataformas sobre a infância, a democracia, a saúde mental coletiva, a integridade do debate público.

A sociedade civil global, por sua vez, ainda não despertou plenamente para a urgência de ter organizações dedicadas exclusivamente à proteção digital dos vulneráveis. Existem esforços importantes, iniciativas valiosas, projetos heroicos em muitos países. Mas são ilhas num oceano revolto. A maioria das ONGs permanece limitada aos temas clássicos — meio ambiente, direitos humanos, combate à fome, defesa de minorias — sem integrar de maneira orgânica a dimensão digital como parte estruturante de todos esses campos.

A consequência desse atraso é dramática:

o ambiente que hoje molda imaginários, relações, identidades e afetos de bilhões de pessoas segue, em grande parte, sem uma rede de proteção equivalente à sua potência formadora.

Mesmo nas democracias mais avançadas, a lógica é reativa. As instituições, assustadas com episódios de desinformação massiva, ataques a processos eleitorais, crimes de ódio e vazamentos de dados, promovem audiências, criam comissões, anunciam investigações. Mas tudo ainda acontece como resposta a crises, não como projeto civilizatório.

Enquanto isso, corporações transnacionais operam com recursos, tecnologias e acesso a dados que muitos Estados não possuem. Elas se movem em escala global, negociam diretamente com governos, influenciam políticas, financiam pesquisas, patrocinam eventos, definem padrões técnicos. Em muitos contextos, **tornaram-se mais rápidas, mais eficientes e, em certos aspectos, mais poderosas do que os próprios países em que atuam**.

Não se trata de demonizar empresas — muitas delas abrigam profissionais sérios, comprometidos, éticos. Trata-se de reconhecer um desequilíbrio de forças:

- de um lado, estruturas estatais lentas, com orçamentos limitados e marcos legais defasados;
- de outro, organizações privadas com recursos quase ilimitados, acesso privilegiado a dados e capacidade de influenciar comportamentos em larga escala, minuto a minuto, tela a tela.

Nesse campo inclinado, quem perde primeiro são sempre os mesmos: os pequenos, os anônimos, os vulneráveis.

Há, portanto, uma **falha civilizatória** em curso. Não é apenas que alguns indivíduos cometem abusos no mundo digital; é que **as estruturas que deveriam garantir limites, proteção e justiça ainda não assumiram, com a firmeza necessária, sua responsabilidade histórica.**

O resultado é um tipo de abandono silencioso:

os Estados delegam demais ao mercado;

as organizações internacionais se diluem em declarações;

a sociedade civil não se organiza em escala suficiente;

as instituições religiosas, educacionais e culturais demoram a compreender a profundidade do fenômeno;

profissionais da saúde, do direito e da assistência social ainda lutam para traduzir, em linguagem técnica, o impacto da vida digital sobre corpo, mente e espírito.

Esse vazio, essa hesitação, essa lentidão, permitem que forças menos escrupulosas ocupem o espaço.

Onde o poder público demora a agir, o crime organizado inova.

Onde a legislação é tímida, a exploração é ousada.

Onde a comunidade internacional relativiza, a violência encontra brechas.

Por isso, esta carta não é apenas um apelo aos indivíduos — pais, mães, educadores, jovens, usuários de redes sociais.

Ela é também um chamado direto às **estruturas de poder**:

- aos governos, para que reconheçam o digital como território político e ético central, não periférico;
- aos parlamentos, para que legislem com coragem, ouvindo a ciência, a experiência das famílias, os sinais do sofrimento juvenil;
- à ONU e à UNESCO, para que deixem de tratar o mundo virtual como apêndice e o assumam como eixo estratégico da proteção dos direitos humanos;
- às cortes constitucionais, para que afirmem, com clareza, que a dignidade da pessoa humana não se suspende no ambiente digital;
- às redes de organizações da sociedade civil, para que incorporem o tema como parte indissociável de qualquer agenda de justiça social;
- às comunidades de fé, para que entendam o cuidado com o uso da tecnologia como parte da missão de proteger a vida em todas as suas etapas.

Chegamos a um ponto em que o simples diagnóstico já não basta.

Reconhecer o problema é necessário, mas insuficiente.

O tempo de observar está se esgotando.

Se o mundo continuar tratando o ambiente digital como um “acessório” da realidade, e não como um **espaço estruturante da experiência humana contemporânea**, veremos crescer, ano após ano, uma geração formada em terreno instável, sem chão ético consolidado, sem referenciais claros de proteção e cuidado.

É por isso que, depois de nomear o abandono, esta carta precisa falar do próximo passo: não apenas denunciar o silêncio das estruturas, mas **convocar uma verdadeira arquitetura de governança e corresponsabilidade**, capaz de proteger, educar e orientar o uso da tecnologia em direção ao bem.

É esse movimento que se abre no bloco seguinte: o chamado à construção de pactos, sistemas, observatórios e alianças que transformem o *motus salutis virtualis* em prática concreta, em compromisso assumido, em caminho possível.

III. Uma arquitetura de governança – quando o cuidado vira sistema

Se o diagnóstico revela a ferida e o silêncio das estruturas evidencia o abandono, o passo seguinte não pode ser apenas indignação. **É preciso desenhar caminhos.**

O *motus salutis virtualis* não se realiza em frases belas, mas em estruturas que sustentem, no tempo, o cuidado que hoje ainda depende demais da boa vontade individual. A proteção da vida no ambiente digital precisa deixar de ser favor — e tornar-se **obrigação organizada**, assumida por múltiplos atores em responsabilidade compartilhada.

Governança, aqui, não é sinônimo de controle autoritário, nem de censura cega.

Governança é a arte de colocar **limite onde o poder ameaça a dignidade humana**.

É tecer, em rede, regras, práticas, instituições e rotinas que assegurem três verbos fundamentais: **prevenir, proteger e reparar**.

Isso começa em casa, mas não termina nela.

1. Pactos nacionais: o chão de cada país

Em cada nação, é urgente consolidar **marcos legais claros** que reconheçam o ambiente digital como extensão real da vida social. Não se trata de criar ilhas de isolamento tecnológico, mas de afirmar, com coragem, que:

- aquilo que é crime fora da tela também o é dentro dela;
- aquilo que fere a dignidade de um corpo físico também fere quando se dirige a um corpo exposto em pixels;
- aquilo que viola a infância na rua também a viola em vídeos, salas privadas, chats criptografados.

Leis de proteção de dados, estatutos da criança e do adolescente, códigos penais, normas de publicidade, regras de responsabilidade das plataformas: tudo isso precisa conversar entre si, formando um **sistema coerente**, não um mosaico de exceções.

Não basta punir depois; é preciso **prevenir antes**.

Isso implica:

- exigir que plataformas adotem, por padrão, configurações protetivas para menores;
- limitar, com rigor, a coleta e o uso de dados de crianças e adolescentes;
- coibir algoritmos que direcionem conteúdos inadequados a faixas etárias vulneráveis;

- criar mecanismos ágeis para denúncia, retirada de conteúdos abusivos e responsabilização de quem lucra com a exposição indevida.

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não podem atuar em silos. Precisam formar **frentes permanentes de governança digital**, com escuta à sociedade civil, às famílias e às comunidades científicas, para revisar continuamente leis e políticas públicas à luz das transformações tecnológicas.

2. Pactos internacionais: proteger aquilo que atravessa fronteiras

O ambiente digital é, por natureza, transnacional.

Por isso, nenhum país, por mais corajoso que seja, conseguirá proteger plenamente sua população se caminhar sozinho.

É hora de avançar para **pactos internacionais vinculantes**, que tratem de temas como:

- combate global à pornografia infantil e ao tráfico humano em plataformas digitais;
- padrões mínimos de verificação e transparência algorítmica;
- cooperação entre polícias, ministérios públicos e agências reguladoras para investigar crimes digitais complexos;
- criação de protocolos para suspensão temporária de serviços que se recusem sistematicamente a cumprir ordens judiciais de proteção;
- definição de métricas globais sobre impacto das redes na saúde mental, especialmente entre jovens.

A ONU e a UNESCO têm papel central nesse processo.

Não para impor modelos prontos, mas para **articular convergências**, oferecer espaços de pactuação, financiar pesquisas independentes, apoiar países com menos recursos técnicos, criar observatórios internacionais que monitorem, com transparência, os efeitos da tecnologia sobre a infância, a democracia e o tecido social.

3. Observatórios e laboratórios – a lucidez que vigia em tempo real

Num mundo em que a realidade muda em ritmo de atualização de aplicativo, não basta criar leis e esquecer de acompanhá-las.

É preciso **ver, medir, interpretar**.

Daí a importância de **observatórios digitais**: espaços interdisciplinares, autônomos, dedicados a monitorar:

- padrões de discurso de ódio, manipulação e radicalização;
- tendências de hipersexualização e exploração de vulneráveis;
- novas formas de aliciamento, chantagem e exposição;
- impactos das plataformas na saúde mental e na percepção de si de crianças e adolescentes;
- efeitos da inteligência artificial generativa na circulação de desinformação, imagens falsas, deepfakes e conteúdos que desfiguram a realidade.

Esses observatórios podem ser ligados a universidades, redes de pesquisa, organismos internacionais, conselhos profissionais. O importante é que tenham **independência, transparência e diálogo com a sociedade**, para que seus alertas não fiquem trancados em relatórios técnicos, mas cheguem a quem decide, legisla e educa.

Ao lado deles, **laboratórios de vigilância ética** podem testar, de forma contínua, novas tecnologias, modelos de IA, funcionalidades de plataformas, simulando cenários de risco antes que produtos sejam lançados em escala.

Trata-se de aplicar à ética o mesmo rigor que se aplica à engenharia: nenhum sistema que possa afetar a vida de milhões deveria ser liberado sem passar por **ensaios éticos de estresse**, que avaliem consequências sobre grupos vulneráveis, privacidade, liberdade de expressão, manipulação de comportamento.

4. A corresponsabilidade dos corpos intermediários

Nenhum sistema de governança será suficiente se ficar restrito a governos e empresas. É aqui que entram, com força decisiva, os chamados **corpos intermediários** da sociedade:

- instituições religiosas, com sua capilaridade incomparável e sua vocação de cuidado;
- escolas, universidades, centros de educação informal, que formam pensamento crítico;
- conselhos profissionais das áreas de saúde, psicologia, serviço social, direito, tecnologia;
- organizações da sociedade civil, movimentos comunitários, coletivos de juventude;
- meios de comunicação responsáveis, dispostos a ir além da manchete fácil e aprofundar o debate.

Cada um desses espaços pode — e precisa — assumir uma parte da missão:

- educar famílias para o uso consciente de redes e dispositivos;
- apoiar jovens na construção de uma identidade que não dependa apenas do olhar digital do outro;
- capacitar profissionais para reconhecer sinais de sofrimento associado ao ambiente virtual;
- oferecer acolhimento e orientação a vítimas de violência online;
- denunciar práticas abusivas de plataformas e anunciantes;
- propor códigos de conduta, selos de compromisso ético, campanhas de sensibilização em larga escala.

As comunidades de fé, em particular, podem ser **lugares de cura e reorientação** para aqueles que chegam feridos do campo de batalha digital: adolescentes esgotados, crianças sexualizadas precocemente, adultos consumidos por vícios de tela, pessoas humilhadas por exposição indevida. A espiritualidade, quando vivida com maturidade, pode ajudar a reconstruir o senso de valor que nenhuma métrica de engajamento é capaz de dar.

5. Profissionais da linha de frente – quem vê a dor precisa ser ouvido

Na ponta, encontram-se aqueles que lidam diariamente com as consequências desse mundo conectado:

- educadores que veem alunos distraídos, ansiosos, fragmentados;
- psicólogos e psiquiatras que atendem jovens com transtornos agravados por comparações incessantes e cyberbullying;
- assistentes sociais que acompanham famílias desestruturadas por exploração digital;
- pediatras e médicos de família que percebem alterações de sono, alimentação, humor;
- conselheiros tutelares e operadores do sistema de justiça que lidam com casos de abuso, exposição e aliciamento.

Essas vozes precisam ser trazidas para o centro do desenho da governança. Não há política pública eficaz sem escuta da experiência concreta.

Criar **fóruns permanentes** de diálogo entre esses profissionais, o poder público, as plataformas e a comunidade científica é essencial para que as respostas não sejam teóricas, mas afinadas com a realidade.

Governança, regulação, pactos, observatórios, laboratórios, corresponsabilidade: tudo isso, em conjunto, forma uma **arquitetura de cuidado**.

Não se trata de erguer um muro em torno da tecnologia, mas de construir **um jardim cercado de limites claros**, onde a vida possa florescer sem ser esmagada por forças desordenadas.

O *motus salutis virtualis* pede exatamente isso:

que a preocupação com o impacto do digital sobre a dignidade humana deixe de ser preocupação de poucos e se torne **compromisso estruturado de muitos**.

Só então poderemos olhar para a tecnologia com a liberdade de quem não tem medo dela, porque aprendeu a colocá-la em seu devido lugar: não como senhora do destino humano, mas como **ferramenta a serviço do bem, da justiça e da expansão lúcida da consciência**.

É a partir dessa base que o último movimento desta carta pode, enfim, se abrir: o de contemplar, com esperança, tudo o que a tecnologia pode oferecer quando colocada sob o signo da virtude, da prudência e do amor ao humano.

IV. A possibilidade luminosa – quando a tecnologia se faz aliada da vida

Se até aqui falamos de feridas, omissões e responsabilidades, não foi para concluir que o mundo digital está perdido, nem que a única resposta possível é o medo.

Pelo contrário.

O *motus salutis virtualis* só existe porque acreditamos, com radicalidade serena, que **a tecnologia pode ser uma das maiores aliadas do bem** quando colocada sob a guarda da consciência e da ética.

A inteligência humana que construiu redes, nuvens, códigos e modelos de IA é a mesma que, ao longo da história, ergueu hospitais, universidades, bibliotecas, observatórios astronômicos, catedrais e centros de pesquisa.

O impulso que hoje programa algoritmos é parente direto daquele que desenhou instrumentos musicais, traduziu escrituras antigas, decifrou o genoma humano, mapeou o céu noturno.

A tecnologia, em si, não é um desvio:

é **um dom**, um prolongamento da nossa capacidade de criar, organizar, expressar, compreender.

Quando olhamos para ela com esse olhar, algo muda:

deixamos de vê-la apenas como ameaça e passamos a enxergá-la como **campo de transfiguração**.

Com governança responsável, limites claros e coração lúcido, o mundo digital pode se tornar:

- um espaço de **expansão da consciência**, onde pessoas de diferentes culturas, idades e origens têm acesso a saberes antes reservados a poucos;
- um **laboratório de sabedoria compartilhada**, em que cientistas, artistas, filósofos, educadores e comunidades tradicionais trocam conhecimento em tempo real;
- um instrumento poderoso de **educação integral**, apoiando o aprendizado de crianças e jovens com recursos interativos, personalizados, inclusivos;
- um canal para **novas descobertas científicas**, acelerando pesquisas em saúde, meio ambiente, energias renováveis, segurança alimentar, preservação da biodiversidade;
- um terreno fértil para a **interdisciplinaridade**, onde fronteiras entre áreas do conhecimento se tornam pontes;
- um espaço de **interculturalidade real**, no qual povos se conhecem, se escutam, trocam idiomas, histórias, músicas, memórias;
- um meio para **colaboração global**, unindo talentos em torno de causas comuns: combater a pobreza, enfrentar a crise climática, proteger os oceanos, erradicar doenças evitáveis.

Nesse horizonte, a inteligência artificial deixa de ser fantasma e se torna **ferramenta prodigiosa**:

- para ajudar médicos a diagnosticar doenças mais cedo;
- para apoiar professores na personalização do ensino;
- para oferecer acessibilidade a pessoas com deficiência;
- para traduzir idiomas e reduzir distâncias simbólicas;
- para organizar grandes volumes de informação a serviço da ciência, da justiça, da transparência pública.

Quando guiada por princípios sólidos, a IA pode inclusive **ampliar o campo da empatia**: permitindo que vejamos realidades distantes, escutemos vozes silenciadas, compreendamos melhor as dores e esperanças de outros povos, outras gerações, outras histórias.

Mas tudo isso só será verdade se fizermos uma escolha clara:

a de colocar **cada vida humana, especialmente a dos menores, no centro do projeto digital**.

Isso significa:

- proteger com zelo cada fase da vida — infância, adolescência, juventude, maturidade, velhice — para que nenhuma seja antecipada, explorada ou descartada;
- garantir que crianças possam crescer com tecnologia, mas **não subordinadas a ela**;
- assegurar que adolescentes possam se expressar, criar, experimentar, sem que sua identidade fique refém de métricas de engajamento;
- oferecer aos jovens adultos ferramentas para trabalhar, estudar e sonhar, sem aprisioná-los em ciclos de exaustão e comparação permanente;
- acolher os mais velhos, ajudando-os a se conectar sem medo, a acessar serviços, laços, experiências que lhes façam bem.

Um mundo digital eticamente governado pode tornar-se **solo de florescimento humano**: onde talentos escondidos aparecem, onde vocações se descobrem, onde solidariedades se tecem, onde a espiritualidade encontra novas linguagens para falar de amor, justiça, humildade, cuidado.

Não se trata de idealizar um futuro perfeito, mas de reconhecer que, entre a distopia do abandono e a utopia paralisante, existe um caminho real: o caminho da **transfiguração consciente**, em que olhamos para a tecnologia sem ingenuidade, mas também sem cinismo, e dizemos:

“Você será aquilo que fizermos de você.
E nós escolhemos colocá-la a serviço da vida”.

Esta carta, então, quer ser menos um ponto final e mais um **começo**.
Um convite para que:

- países assumam a coragem de legislar e proteger;
- organismos internacionais deixem de adiar o inevitável e construam pactos globais;
- plataformas revejam seus modelos de negócio à luz da dignidade humana;
- educadores, famílias e comunidades se unam em torno de uma cultura de uso atento, crítico e amoroso das tecnologias;
- pesquisadores, desenvolvedores e profissionais de IA integrem, ao seu código, a ética como linha de base;
- instituições religiosas e espirituais compreendam que cuidar de almas hoje inclui também cuidar de telas.

O *motus salutis virtualis* é, em última instância, um chamado:
não para voltarmos atrás, mas para **subir um degrau**.

Não para negar o digital, mas para habitá-lo de forma humana, justa, humilde e luminosa.

Que cada pessoa, instituição e nação que leia estas linhas se sinta interpelada a dar um passo concreto — pequeno ou grande, visível ou silencioso — em direção a essa governança do bem.

Porque o mundo conectado que estamos construindo hoje será, para as próximas gerações, simplesmente, o mundo que elas terão.

Que elas encontrem, quando chegarem plenamente a ele, não um campo minado, mas um terreno preparado.

Não um labirinto de exploração, mas um caminho de crescimento.

Não uma máquina indiferente, mas um espaço onde a tecnologia, enfim, reflita aquilo que há de melhor em nós:

A capacidade de cuidar, de aprender, de criar, de proteger e de amar.

Que Jesus Cristo✝ nos abençoe e nos oriente com seu infinito amor e sua divina misericórdia, para que possamos melhor discernir à frente e enfrentar os urgentes desafios que se impõem, dos quais não podemos renunciar. Pelos nossos pequenos. Pela dignidade dos povos e pela paz.

Sacra Virtus Existentialis

Lucas Dalenogare

Escola da Transfiguração Consciente

Jan/2026